

Educação pelo esporte em programas sociais: o pioneirismo do Programa Segundo Tempo com a formação continuada

Judson Cavalcante Bezerra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

judsoncavalcante@gmail.com

Resumo

Neste ensaio discutimos sobre o processo de capacitação profissional realizado pelo Programa Segundo Tempo do Governo Federal do Brasil para o trabalho pedagógico com o esporte educacional nos convênios da modalidade padrão do programa, considerando pioneiro em programas e projetos sociais a proposta de capacitação e os referenciais de fundamentação pedagógica elaborados pelo Ministério do Esporte para o programa, avançando na concepção assistencialista e sugerindo verdadeiros interesses educativos e de formação.

Palavras Chaves: Projetos sociais; Formação Continuada; Educação Física.

Apresentação

No senso comum, a representação inicial que se tem de um projeto social é a de várias crianças e/ou adolescentes jogando futebol num terreno abandonado e a figura de uma pessoa, geralmente um líder ou personalidade popular, responsável pelas ações do projeto. Depois de algumas leituras, descobrimos que essa era apenas uma das formas de manifestação dos projetos sociais, qual seja, uma das menos estruturadas, que pode ser caracterizada pela falta de incentivos financeiros, pela boa vontade dos seus líderes em continuar desenvolvendo essa ação sem qualquer retorno financeiro, pela carência de conhecimentos de gestão de projetos sociais, o que culmina no desenvolvimento de práticas baseadas no senso comum (Correia, 2008), mas de respeitável altruísmo.

Exemplos de projetos sociais como o relatado acima existem vários, como também existem muitos outros programas e projetos sociais mais organizados e de maiores dimensões de atendimento, sendo muitas vezes financiados pelo Primeiro, Segundo ou Terceiro Setores, o que sugere um aporte de recursos humanos e materiais bem mais altos e, geralmente, mais qualificados.

Programas e projetos sociais financiados pelo Governo, empresas privadas ou por Organizações não Governamentais comumente desenvolvem ações mais estruturadas, apresentam propostas e objetivos bem definidos, além de usualmente se desenvolverem em equipamentos públicos como escolas, parques, praças, teatros ou centros comunitários.

Há aqueles projetos sociais fortemente assistencialistas, que só preveem em seus objetivos atingir as demandas de injustiça social, pela transferência de valores para famílias necessitadas, ou por medidas de reabilitação social através do trabalho para jovens delinquentes, ou pela ocupação do tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens com atividades esportivas ou de lazer. Existem ainda aqueles projetos sociais que, além de incluir socialmente crianças, adolescentes e jovens, preocupam-se em promover experiências educativas sérias com propostas bem definidas.

Nesse sentido, a concepção de todo e qualquer projeto social é precedida por uma série de reflexões sobre suas intencionalidades e seus impactos na sociedade, em especial no público-alvo que se pretende atingir. Tais reflexões culminam na elaboração da proposta que se pretende desenvolver, em que ficam patentes suas razões e os princípios que orientarão as ações das pessoas envolvidas. É assim que os projetos sociais expressam, além das intencionalidades dos seus mentores, uma série de argumentos e razões que sustentam e justificam sua existência, dando-lhes bases sólidas para o seu desenvolvimento.

Entretanto muitos projetos sociais, segundo Correia (2008), são dotados de “boas” e “más” intenções e seguem comumente princípios paternalistas, utilitaristas ou clientelistas de promoção social. Ainda, Gohn (2000, p. 16) reforça que “há projetos que de social só têm o nome, pois tratam os indivíduos

isoladamente, como usuários, clientes consumidores de políticas sociais de cunho compensatório”.

De maneira geral, os programas e projetos sociais procuram atingir um problema social que aflige populações específicas da sociedade com vistas à solução desse problema. Os problemas sociais manifestam-se na ausência total ou na escassez de acesso a um bem social comum e podem ser identificados como sendo problemas de acesso à educação, à segurança, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, ao esporte, etc. Diz-se das populações que, por algum motivo, não conseguem ter acesso a esses bens, que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em situação de risco social, quando as injustiças sociais colocam em risco a própria integridade física, mental e moral das pessoas.

Assim, de acordo com Stephanou citado por Melo e Dias (2009, p. 16),

projetos sociais nascem do desejo de mudar uma realidade. Os projetos são pontes entre o desejo e a realidade. São ações estruturantes e intencionais, de um grupo ou organização social, que partem da reflexão e do diagnóstico sobre determinada problemática e buscam contribuir, em alguma medida, para outro mundo possível.

No contexto de desigualdades sociais vigentes no Brasil, os projetos sociais erguem-se como alternativas para minimização do caos social. De forma geral, esses projetos

objetivam a participação dos cidadãos visando incluí-los, enquanto parcela dos excluídos, em programas sociais de natureza variada. Muitos deles se desenvolvendo por meio de atividades sócio-educativas que se preocupam, de fato, com a mudança social e a emancipação dos indivíduos. Eles buscam criar uma interlocução que lhes possibilite – constituírem-se como sujeitos coletivos e autônomos. Entretanto, há outros projetos que de social só têm o nome, pois tratam os indivíduos isoladamente, como usuários, clientes consumidores de políticas sociais de cunho compensatório (Gohn, 2000, p. 17).

Desse modo, definimos projetos sociais como ações diretas e planejadas por organizações governamentais ou não governamentais para grupos específicos da sociedade que, por algum motivo, encontram-se vulneráveis socialmente no tocante ao acesso a algum direito social previsto

em lei. Seus objetivos vão da democratização ao acesso de algum bem público, à proteção social e pessoal. Eles podem se estender às diferentes camadas sociais sem discriminação de etnia, cultura, orientação sexual, condição física, idade ou conhecimento científico. Compartilham do princípio da universalização e da emancipação. Vale ressaltar, também, que “um projeto social nasce da convicção de pessoas, organizações governamentais ou não-governamentais, tendo-se como princípio a necessidade de mudar realidades que afetam as condições de vida e o desenvolvimento das pessoas” (Melo et Dias, 2009, p. 17).

O conceito de projeto social muito se confunde com o de programa social, mas há certas características que os distinguem, lançando-nos a necessidade de ampliarmos os julgamentos acerca desse objeto. Enquanto os projetos sociais atendem, mais pontualmente, grupos relativamente pequenos da sociedade, geralmente expostos a algum tipo de injustiça social, apresentando como principais características: “duração determinada, utilização de recursos técnicos, financeiros e materiais, alcance de resultados previstos em sua concepção” (Correia, 2008, p. 119) os programas sociais assumem proporções de atendimento em grande escala e geralmente não têm tempo de duração determinado. De acordo com o mesmo autor: “o que diferencia os dois é a magnitude e a amplitude dos objetivos. Vários projetos constituem um programa que, necessariamente, devem estar articulados entre si”.

De acordo com Vianna e Lovisolo (2009), na expectativa de solucionar os problemas sociais, em muitas ocasiões, o esporte, como canal de socialização ou inclusão social¹, é frequentemente incorporado nos programas e projetos sociais como meio interventivo para transformação da realidade das classes mais populares.

Nesse cenário, encontramos no Programa Segundo Tempo (PST) do Ministério do Esporte o exemplo de maior expressão quanto ao uso do esporte em programas sociais no Brasil.

¹ Por inclusão social entendemos que esta “relaciona-se com a igualdade e a luta contra a exclusão social de grupos marginalizados em larga escala, seja por motivos culturais ou por outro tipo de contexto social” (Pacheco *et al.*, 2007, p. 16).

Programas sociais como o PST são exemplos de que o argumento da inclusão social como objetivo dos projetos sociais pode ser ampliado e resignificado, abrindo perspectivas também para possibilidades intencionalmente educativas e de maior controle social.

São esperados como impactos sociais diretos sobre os beneficiados do PST, na realidade social onde eles estão inseridos: interação entre eles e destes com a sua realidade local; melhoria da autoestima; melhoria das capacidades e das habilidades motoras; melhoria das condições de saúde; aumento do número de praticantes de atividades esportivas educacionais; melhoria da qualificação de professores e estagiários de educação física, pedagogia ou esporte.

Para a instalação de um convênio do PST é necessário o estabelecimento primeiro de um convênio firmado entre órgãos ou entidades da administração pública, direta e indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos, através de acordo previsto entre a entidade proponente e o Ministério do Esporte.

A gestão desses convênios é dada a um Coordenador Geral por convênio firmado diretamente com o Ministério do Esporte, preferencialmente profissional da área de Educação Física ou de Educação, com experiência em gestão de programas esportivos educacionais, seguido do auxílio de outros profissionais, como um Coordenador Setorial para convênios a partir de 20 núcleos, com formação na área de Educação Física ou Esporte e experiência no desenvolvimento de ações comunitárias, organização e supervisão de projetos; um Coordenador Pedagógico com formação em Educação Física ou Esporte e experiência pedagógica para coordenação, supervisão e orientação na elaboração de propostas pedagógicas; tantos quantos forem necessários Coordenadores de Núcleo, também da área, para cada núcleo de 100 alunos beneficiados; e de dois Monitores para cada 100 alunos beneficiados, sendo um Monitor de Atividades Esportivas e outro para Atividades Complementares, além de estudantes de graduação regularmente matriculados em curso de Educação Física ou Educação, preferencialmente com a primeira metade do curso já concluída.

Os núcleos podem funcionar tanto nas escolas como em outros espaços públicos ou privados, desde que sem prejudicar o rendimento dos beneficiados nas escolas, oferecendo atividades no contraturno de aulas regulares. Assim, recomenda-se para frequentar as aulas do PST apenas os beneficiados matriculados nas escolas no contraturno às atividades do programa.

Desde o estabelecimento do convênio entre a entidade proponente e o Ministério do Esporte, deve ser definida a oferta obrigatória nos núcleos de pelo menos duas modalidades esportivas coletivas e uma individual, orientadas por professores e estagiários de Educação Física.

Essas atividades são desenvolvidas em escolas ou espaços físicos da comunidade onde o núcleo está inserido, denominados Núcleos de Esporte Educacional, mediante programação de atividades a serem desenvolvidas no contraturno escolar, tendo como enfoque principal o esporte educacional.

Assim, no PST o esporte é concebido na sua dimensão educacional como promotor de desenvolvimento integral. A busca por talentos não é a sua finalidade primária, pois o “PST apresenta como princípios fundamentais a universalização da prática esportiva e a inclusão social, tendo-se no esporte educacional um meio para contribuir no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes” (Melo et Dias, 2009, p. 22).

Desse modo, verificamos a notável preocupação do PST em ultrapassar a lógica assistencialista historicamente atrelada a programas sociais no Brasil, destacando o avanço do programa sobre a questão da qualificação de suas ações pedagógicas, se comparado a outros programas sociais. O exemplo disso pode ser verificado nas orientações teóricas e metodológicas para o trabalho no programa expressas tanto nas capacitações como nos livros de referência.

Desde a constituição do PST, esteve prevista e garantida a capacitação dos recursos humanos do programa, como indicado no artigo nº 10 da já citada portaria, mas esta, assim como o próprio programa, experimentou substanciais modificações desde a sua inauguração até os dias atuais.

Inicialmente, as capacitações dos recursos humanos eram ministradas pelo Centro de Ensino à Distância da Fundação Universidade de Brasília – UnB, por intermédio de parceria firmada com o Ministério do Esporte. E eram previstos dois formatos de capacitações diferentes para Coordenadores e Monitores.

Até 2006, as capacitações eram específicas para cada recurso humano do PST, e o formato das capacitações para os Coordenadores Gerais e de Núcleo seguia características de pós-graduação, com titulação de Especialista em Esporte Escolar ao final do processo, após defesas de monografias perante bancas examinadoras. O curso era estruturado em seis módulos temáticos com carga horária de 60 horas cada um, sendo necessários momentos presenciais de formação, totalizando 360h. Para os monitores, era previsto um formato de capacitação por meio de cursos menores, ministrados pelos próprios Coordenadores Gerais e de Núcleos previamente capacitados pelo formato especialização, em dois módulos de 60h horas cada um, com atividades específicas desenvolvidas nos próprios núcleos.

Pensando na revisão desse formato de capacitação para os recursos humanos do programa, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional começou, no ano de 2007, alguns experimentos realizados em parceria com o Instituto Ayrton Senna, bem como a realização de projetos-pilotos de capacitação e acompanhamento pedagógico em convênios dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Durante o ano de 2007, a partir dos experimentos e da experiência de cada professor convidado, foi editado e publicado no ano de 2008 o primeiro livro para orientação do novo formato nacional de capacitação dos recursos humanos do PST.

O primeiro livro *Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo: 1º ciclo nacional de capacitação dos coordenadores de núcleos*, também chamado “capa verde”, reunia a colaboração de vários estudiosos da área de Educação Física e constituiu-se um dos primeiros esforços do programa para elaborar um material que subsidiasse uma “estruturação

pedagógica consistente que atenda aos preceitos técnicos e teóricos da constituição dos Núcleos do PST” (Gaya, 2008, p. 12).

A necessidade de elaboração de um material que orientasse o trabalho dos recursos humanos nos núcleos do programa, bem como subsidiasse o trabalho dos professores formadores no novo modelo de capacitação, tornou esse livro um marco referencial para o PST.

O livro foi organizado em nove temas que abordam diversos assuntos delimitando as concepções que fundamentam as diretrizes do programa, desde conceitos a exemplos de experiências práticas com o ensino do esporte educacional, quais sejam: 1) Educação para o Desenvolvimento Humano pelo Esporte; 2) A Cultura Corporal do Movimento Humano e o Esporte Educacional; 3) Aquisição e Desenvolvimento de Habilidades Esportivas: considerações para a prática; 4) A Metodologia de Ensino dos Esportes no Marco do Programa Segundo Tempo; 5) Percepções de Competência, Autoconceito e Motivação: considerações para a prática esportiva; 6) Inclusão, Gênero e Deficiência; 7) Processos Avaliativos para Acompanhamento do Desenvolvimento Humano e Capacidades Físicas; 8) Planejamento e Organização para o Programa Segundo Tempo; 9) Experiências Práticas: ações diferenciadas por faixa etária.

Dessa forma, iniciou-se, em 2008, o Primeiro Ciclo de Capacitação para o trabalho no PST, fruto da parceria estabelecida entre o Ministério do Esporte e IES, com a participação dos Coordenadores Gerais e de Núcleos, e Monitores ao mesmo processo de capacitação. Esse formato de capacitação funcionava de acordo com três modelos, a saber: presencial; integrado – presencial e a distância; e telepresencial.

Monitores e Coordenadores Gerais e de Núcleo tinham acesso ao mesmo referencial teórico-metodológico para o trabalho no programa (Oliveira et Perim, 2008), porém via procedimentos e focos diferenciados, segundo a especificidade de sua função no programa.

No novo formato, era de responsabilidade do Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Esporte Educacional e da parceria

estabelecida com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, garantir a oferta de capacitações para os Coordenadores Gerais e de Núcleos, e estes, por sua vez, se responsabilizariam pela replicação da capacitação para os Monitores dos Núcleos dentro das Diretrizes e Propostas apresentadas.

Logo, as capacitações deveriam se dividir numa fase nacional e outra regional e tinham a intenção de constituir padrões conceituais, operacionais e metodológicos minimamente homogêneos, abordando aspectos gerenciais e pedagógicos por meio da formação de multiplicadores, devendo ocorrer de forma regional e descentralizada.

Após os experimentos realizados e a publicação do primeiro livro, a SNEED, em conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidades Estaduais de Londrina e Maringá, organizou o Projeto de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do Programa Segundo Tempo em 2008, o qual, desde então, e juntamente com outras universidades públicas do Brasil, tem promovido Ciclos de Capacitação específicos para o trabalho no programa por intermédio das Equipes Colaboradoras (EC) do Ministério do Esporte (Oliveira et Kravchychyn, 2011).

Embora satisfeitos com os resultados positivos dos eventos de capacitação em massa realizados segundo esse formato, a SNEED considerava a possibilidade de aprimorar ainda mais esse formato de capacitação, de maneira a contribuir para a consolidação de sua proposta (Filgueira, Perim et Oliveira, 2009).

Segundo Filgueira, Perim e Oliveira (2009, p. 14), “foram sendo identificadas lacunas no processo de formação, entre as quais se destacou a necessidade de revisão e aprofundamento dos fundamentos pedagógicos estabelecidos inicialmente”.

Nesse sentido, partindo das contribuições do primeiro livro e das constatações das Equipes Colaboradoras em campo, foi elaborada uma nova proposta pedagógica para o PST com a ajuda de alguns autores iniciais e outros autores convidados que se integraram ao processo.

Assim, com a publicação do segundo livro *Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*, ou também chamado “capa branca”, iniciou-se o Segundo Ciclo de Capacitações do Programa Segundo Tempo, com o objetivo de “qualificar o trabalho desenvolvido pelos profissionais da área nos NEE² e consolidar a proposta pedagógica construída a muitas mãos pelos professores que constituem as Equipes Colaboradoras do Programa” (Filgueira, Perim et Oliveira, 2009, p. 15).

O novo livro permitiu revisar os temas anteriores, atualizando-os, bem como aprofundou algumas temáticas que se apresentaram essenciais para a consolidação da nova proposta pedagógica do programa, a saber: 1) Fundamentos do Programa Segundo Tempo: entrelaçamentos do esporte, do desenvolvimento humano, da cultura e da educação; 2) Fundamentos do lazer e da animação cultural; 3) Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade; 4) Estilos de ensino e aprendizagem motora: implicações para a prática; 5) Questões da deficiência e as ações no Programa Segundo Tempo; 6) Organização e desenvolvimento pedagógico do esporte no Programa Segundo Tempo; 7) Procedimentos metodológicos para o Programa Segundo Tempo; 8) Planejamento do Programa Segundo Tempo: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo.

Com a continuidade de alguns autores iniciais e integração de novos autores nesse segundo livro, algumas temáticas abordadas no primeiro livro foram suprimidas, outras condensadas em discussões dentro de novos capítulos, algumas foram atualizadas, e outras foram mais aprofundadas.

Para o ano de 2010, manteve-se a estrutura idealizada no ano anterior, exigindo-se que apenas os novos coordenadores (novos contratados e/ou substitutos de coordenadores que se afastaram) tivessem a obrigação de realizar nova capacitação.

Mas os esforços do PST para a concretização de seus objetivos não cessaram. Atendendo novamente a constatações das Equipes Colaboradoras em suas visitas sistemáticas para acompanhamento dos convênios, foram

² NEE significa Núcleo de Esporte Educacional.

elaborados e publicados dois novos livros menos teórico-reflexivos e com mais exemplos de experiências práticas de sistematização do conteúdo esporte.

De acordo com Oliveira (2011, p. 13), os novos livros do PST constituem-se um material didático,

fruto da colaboração dos integrantes das Equipes Colaboradoras, que ao analisarem e pesquisarem as ações desenvolvidas pelos Coordenadores de Núcleos e Monitores dos diversos convênios se propuseram a disponibilizar suas experiências e vivências, a fim de potencializar a proposta pedagógica do Programa.

Os dois novos livros, na verdade, são dois volumes e, diferentemente dos dois primeiros livros do PST, *Ensinando e aprendendo esportes no Programa Segundo Tempo*, procuram estreitar as barreiras entre a teoria e prática, apresentando propostas de sistematização de conteúdos esportivos a partir de experiências dos seus autores com o ensino das específicas modalidades esportivas.

Dessa maneira, percebemos os esforços do Programa Segundo tempo em realmente qualificar as suas ações pedagógicas, evidenciando o compromisso do programa em garantir aos seus beneficiados possibilidades efetivamente educativas que superam o discurso da inclusão social.

Em todos os referenciais citados, constam as orientações necessárias para o trabalho pedagógico no PST. Desde conceitos a propostas metodológicas específicas para o trabalho pedagógico com o esporte educacional nos núcleos do programa.

Sobre todas as reformulações pelas quais vem passando o programa, Oliveira e Kravchychyn (2011, p. 3) inferem que

O processo instituído pela SNEED/ME para os atores do PST em relação à formação continuada em serviço se coloca como inédito em termos de Programas Sociais. O PST tem procurado inovar e avançar com suas ações e procedimentos, reconhecendo a necessidade da formação qualificada de seus quadros. Entretanto, como se trata também de uma ação inédita, muito teve que ser criado e idealizado sem uma base de experiência, portanto, passível de equívocos e acertos. Felizmente, os acertos têm sido maiores do que os erros, mas mesmo assim, muito ainda há que ser aprimorado, conforme apontam os avaliadores das ECs.

Com efeito, o PST assume o pioneirismo entre programas e projetos sociais esportivos educacionais na elaboração e publicação de referenciais teóricos metodológicos próprios ao seu funcionamento, bem como de realização de ciclos de capacitação específicos para o trabalho no programa.

A partir de então, os profissionais do PST têm à sua disposição referenciais ímpares para a concretização dos objetivos do programa.

Desse modo, o PST procura contribuir para minimizar o tempo de exposição de crianças, adolescentes e jovens a situações de riscos sociais quando estes não estão nos seus horários de aulas regulares, atribuindo ao esporte um papel central, além de tentar ampliar as possibilidades educativas de seus alunos por meio da dimensão educacional do Esporte.

Entretanto Bezerra, Melo e Mendes (2011) demonstraram que a tarefa de ensinar em projetos sociais não é nada fácil, inclusive em convênios do próprio PST. Segundo os mesmos autores, entre as principais dificuldades encontradas pelos monitores e coordenadores de núcleo do PST para operacionalizar as aulas no programa estão: a) condições estruturais dos espaços onde as práticas são realizadas; b) dificuldades de ordem pedagógica para conduzir as aulas; c) conflitos entre as aulas do PST e outros programas sociais ou entre o PST e a própria escola; d) compreensão reducionista do PST por parte de membros da comunidade escolar quando inserido na escola; e) dificuldades de se trabalhar em núcleos inseridos em contextos de tão evidentes riscos sociais.

Portanto, concluímos que alguns programas e projetos sociais podem se configurar como espaços de prática social e educação formal, desde que se articulem para esse determinado interesse.

Ainda, cremos que para o sucesso não somente do PST, mas de qualquer outro programa social, não basta apenas capacitar os recursos humanos envolvidos com o trabalho pedagógico no programa ou publicar documentos de orientação. É necessário também haver a intencionalidade em cada um dos atores sociais envolvidos com o trabalho pedagógico realizado nesses programas; é necessária a assunção da responsabilidade social de

cada um, para que a proposta do programa possa ser concretizada. É necessário haver aquele impulso íntimo que leva os sujeitos a agirem sobre a realidade. É necessária, sobretudo, uma pedagogia da esperança!

Bibliografia

Bezerra, J. C., Melo, J. P. et Mendes, I. B. de S (2011). Reflexão sobre as práticas corporais e as orientações pedagógicas no Programa Segundo Tempo na cidade Natal/RN. En *Actas del V Congreso Nacional de Educación Física, Saúde e Cultura Corporal*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

Correia, M. M. (2008). Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 29(3), 91-105.

Filgueira, J. C. M., Perim, G. L. et Oliveira, A. A. B (2009). Apresentação. En Oliveira, A. A. B. de et Perim, G. L. (Eds), *Fundamentos pedagógicos do programa segundo tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Eduem.

Gaya, A (2008). Programa Segundo Tempo. En Oliveira, A. A. B. de et Perim, G. L. (Eds), *Fundamentos Pedagógicos para o programa segundo tempo: 1º ciclo nacional de capacitação dos coordenadores de núcleos*. Porto Alegre: UFRGS.

Gohn, M. da G. (2000). O cenário da participação em práticas de gestão da coisa pública no Brasil no final do milênio: as mudanças no caráter do associativismo. *Motrivivência*, 14(1), 15-32.

Melo, J. P. et Dias, J. C. N. de S. e N. (2009). Fundamentos do programa segundo tempo: entrelaçamentos do esporte, do desenvolvimento humano, da cultura e da educação. En Oliveira, A. A. B. et Perim, G. L. (Eds), *Fundamentos pedagógicos do programa segundo tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Eduem.

Oliveira, A. A. B. (Ed) (2011). *Ensinando e aprendendo esportes no Programa Segundo Tempo*. Maringá: Eduem.

Oliveira, A. A. B. et Kravchychyn, C. (2011). O acompanhamento pedagógico e administrativo do programa segundo tempo na visão dos avaliadores das equipes colaboradoras. *FIEP Bulletin*, 81(1).

Vianna, J. A. et Lovisolo, H. R. (2009). Projetos de inclusão social através do esporte: notas sobre a avaliação. *Movimento*, 15(3), 145-162.